

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	7
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	8
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	9
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	10
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	11
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	49
-------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52
--	----

Motivos de Reapresentação	53
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	0
Total	265.806.905
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.099.111	623.036
1.01	Ativo Circulante	6.171	5.888
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.149	5.229
1.01.06	Tributos a Recuperar	2	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20	659
1.01.08.03	Outros	20	659
1.01.08.03.01	Adiantamentos	0	659
1.01.08.03.02	Outros	20	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.092.940	617.148
1.02.02	Investimentos	2.092.940	617.148
1.02.02.01	Participações Societárias	2.092.940	617.148
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.092.940	617.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.099.111	623.036
2.01	Passivo Circulante	5.744	733
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52	44
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15	7
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37	37
2.01.02	Fornecedores	4.902	29
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.902	29
2.01.03	Obrigações Fiscais	100	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	100	0
2.01.05	Outras Obrigações	690	660
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	690	660
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	690	660
2.03	Patrimônio Líquido	2.093.367	622.303
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	620.417
2.03.04	Reservas de Lucros	1.886	1.886
2.03.04.01	Reserva Legal	1.780	1.780
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	106	106
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.365	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	13.236	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-510	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.746	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.236	0
3.06	Resultado Financeiro	129	0
3.06.01	Receitas Financeiras	129	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.365	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.365	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.365	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,23000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,23000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.267	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-381	0
6.01.01.01	Lucro Líquido	13.365	0
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-13.746	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.648	0
6.01.02.01	Impostos e contribuições a recuperar	-2	0
6.01.02.02	Outros ativos	639	0
6.01.02.03	Fornecedores	4.873	0
6.01.02.04	Impostos a recolher	100	0
6.01.02.05	Empresas ligadas	30	0
6.01.02.06	Outros passivos	8	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.462.046	0
6.02.01	Investimento, líquido do caixa	-1.462.046	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.457.699	0
6.03.01	Aumento de Capital por Emissão de Ações	1.515.079	0
6.03.02	Custo com emissão de ações	-57.380	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	920	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.229	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.149	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	620.417	0	1.886	0	0	622.303
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	620.417	0	1.886	0	0	622.303
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.457.699	0	0	0	0	1.457.699
5.04.01	Aumentos de Capital	1.515.079	0	0	0	0	1.515.079
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-57.380	0	0	0	0	-57.380
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.365	0	13.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.365	0	13.365
5.07	Saldos Finais	2.078.116	0	1.886	13.365	0	2.093.367

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-103	0
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-103	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-103	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-103	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.875	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.746	0
7.06.02	Receitas Financeiras	129	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.772	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.772	0
7.08.01	Pessoal	295	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	295	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	99	0
7.08.02.01	Federais	99	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13	0
7.08.03.03	Outras	13	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.365	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.365	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.519.591	1.054.740
1.01	Ativo Circulante	1.682.009	221.597
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.242.474	137.225
1.01.02	Aplicações Financeiras	381.982	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	381.982	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	381.982	0
1.01.03	Contas a Receber	50.410	82.007
1.01.03.01	Clientes	50.410	82.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.271	1.156
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.271	1.156
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.266	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.606	1.209
1.01.08.03	Outros	1.606	1.209
1.01.08.03.01	Adiantamentos	0	659
1.01.08.03.02	Outros	1.606	550
1.02	Ativo Não Circulante	837.582	833.143
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	128.609	113.650
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	124.769	110.571
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	124.769	110.571
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.635	2.861
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.635	2.861
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	205	218
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	205	218
1.02.03	Imobilizado	703.060	713.657
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	570.893	581.837
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	132.167	131.820
1.02.04	Intangível	5.913	5.836
1.02.04.01	Intangíveis	5.913	5.836
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.836	5.836
1.02.04.01.02	Outros	77	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.519.591	1.054.740
2.01	Passivo Circulante	168.366	148.660
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.134	283
2.01.01.01	Obrigações Sociais	175	132
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.959	151
2.01.02	Fornecedores	17.731	18.999
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.731	18.999
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.105	22.579
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.128	18.204
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.977	4.375
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	76.179	76.330
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	76.179	76.330
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	52.380	52.474
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	23.799	23.856
2.01.05	Outras Obrigações	15.746	14.915
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.187	1.181
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.187	1.181
2.01.05.02	Outros	13.559	13.734
2.01.06	Provisões	16.471	15.554
2.01.06.02	Outras Provisões	16.471	15.554
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	10.555	10.555
2.01.06.02.04	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	5.916	4.999
2.02	Passivo Não Circulante	257.858	283.777
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	164.913	188.692
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	164.913	188.692
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	164.913	188.692
2.02.04	Provisões	92.945	95.085
2.02.04.02	Outras Provisões	92.945	95.085
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono	92.945	95.085
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.093.367	622.303
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	620.417
2.03.04	Reservas de Lucros	1.886	1.886
2.03.04.01	Reserva Legal	1.780	1.780
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	106	106
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.365	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	71.101	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.891	0
3.03	Resultado Bruto	44.210	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.141	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.511	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	277	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.907	0
3.04.05.01	Custos Exploratórios para a Extração de Petróleo e Gás	-14.907	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	69	0
3.06	Resultado Financeiro	22.936	0
3.06.01	Receitas Financeiras	28.699	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.763	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.005	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.640	0
3.08.01	Corrente	-12.871	0
3.08.02	Diferido	3.231	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.365	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.365	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.365	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,23000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,23000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	81.642	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.456	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	13.365	0
6.01.01.02	Amortização e Depreciação	12.962	0
6.01.01.03	Imposto Renda e Contrib. Soc. Dif. Líq.	-3.231	0
6.01.01.04	Var. Camb. Monet. e Enc. sobre Financiamentos	-5.978	0
6.01.01.05	Baixa poços secos	11.690	0
6.01.01.06	Provisão para Imposto de Renda e Contrib. Social	12.871	0
6.01.01.07	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	917	0
6.01.01.08	Var. Camb. sobre Provisão para Abandono	-2.140	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27.173	0
6.01.02.01	Contas a receber	31.597	0
6.01.02.02	Impostos e Contribuição a Recuperar	-102	0
6.01.02.03	Fornecedores	-1.268	0
6.01.02.04	Impostos a recolher	-2.270	0
6.01.02.05	Juros Pagos	5.827	0
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contr. Soc. pagos	-7.617	0
6.01.02.07	Empresas ligadas	1.006	0
6.01.03	Outros	14.013	0
6.01.03.01	Ativos	-4.663	0
6.01.03.02	Passivos	18.676	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-410.313	0
6.02.01	Aplicações Financeiras	-381.982	0
6.02.02	Caixa Restrito	-14.198	0
6.02.03	Adições do intangível	-78	0
6.02.04	Adições ao imobilizado	-14.055	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.433.920	0
6.03.01	Aumento de Capital por Emissão de Ações	1.515.079	0
6.03.02	Custo com emissão de ações	-57.380	0
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-23.779	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.105.249	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	137.225	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.242.474	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	620.417	0	1.886	0	0	622.303	0	622.303
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	620.417	0	1.886	0	0	622.303	0	622.303
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.457.699	0	0	0	0	1.457.699	0	1.457.699
5.04.01	Aumentos de Capital	1.515.079	0	0	0	0	1.515.079	0	1.515.079
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-57.380	0	0	0	0	-57.380	0	-57.380
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.365	0	13.365	0	13.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.365	0	13.365	0	13.365
5.07	Saldos Finais	2.078.116	0	1.886	13.365	0	2.093.367	0	2.093.367

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	106.003	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	91.593	0
7.01.02	Outras Receitas	277	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	14.133	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.503	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.911	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.821	0
7.02.04	Outros	-1.771	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	64.500	0
7.04	Retenções	-12.962	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.962	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	51.538	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.028	0
7.06.02	Receitas Financeiras	26.028	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	77.566	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	77.566	0
7.08.01	Pessoal	26.058	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.772	0
7.08.01.02	Benefícios	212	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	74	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.846	0
7.08.02.01	Federais	24.424	0
7.08.02.02	Estaduais	10.400	0
7.08.02.03	Municipais	22	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.297	0
7.08.03.01	Juros	5.763	0
7.08.03.02	Aluguéis	150	0
7.08.03.03	Outras	-2.616	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.365	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.365	0

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A QGEP Participações iniciou o ano de 2011 com uma sólida posição financeira. Concluímos com sucesso a nossa oferta pública inicial de ações em fevereiro, com uma captação líquida de mais de R\$1,5 bilhão. Este recurso será utilizado na exploração e desenvolvimento dos promissores prospectos presentes em nosso *portfólio* atual, bem como para a aquisição de novos ativos, seja por meio da participação em rodadas de licitação da ANP ou através da realização de *farm-ins*. Com um caixa líquido robusto, de aproximadamente R\$1,5 bilhão, a QGEP se coloca em uma posição ainda melhor para capturar as oportunidades presentes no mercado.

Em adição ao nosso portfólio exploratório de alta qualidade, a operação do Campo de Manati continuou a gerar receita e fluxo de caixa significativos para a QGEP, mantendo o balanceamento dos ativos da Companhia. Conforme informado ao mercado, em 30 de dezembro de 2010, dois dos seis poços produtores de gás de Manati entraram em manutenção. Em meados de março, três outros poços produtores foram também fechados para manutenção, restando apenas um poço produtor em atividade no Campo de Manati. Embora isso tenha reduzido a nossa produção de gás no primeiro trimestre de 2011 para 167 MMm³, comparado a 238,1 MMm³ no mesmo período de 2010, continuamos a apresentar resultado e fluxo de caixa operacional positivos no período, o que confirma o alto nível de rentabilidade associado ao Campo de Manati.

Temos a satisfação de informar que no final de abril dois destes poços voltaram a produzir. Nossa expectativa é que o próximo poço volte a produzir em julho e os dois poços remanescentes voltem em agosto, retomando a capacidade total de produção no segundo semestre de 2011. No ano passado, o Campo de Manati registrou produção recorde de gás de 2,3 Bm³, sendo a parcela referente à QGEP equivalente a 1,0 Bm³, e atingiu o pico de produção no quarto trimestre de 2010, com 616 MM m³, dos quais 276,5 MMm³ referentes à participação da Companhia.

Além dos destaques financeiros e operacionais ocorridos no 1T11, a oferta inicial de ações da Companhia foi um marco importante no trimestre. Um elemento chave na nossa decisão de lançamento do IPO foi a convicção de que poderíamos atingir um crescimento significativo alavancando nossas vantagens competitivas. Nossa administração criou um *portfólio* de alto valor que inclui o Campo de Manati e outras áreas de elevado potencial exploratório localizadas perto dos *hot spots* da exploração de petróleo e gás no Brasil. O capital adicional levantado no IPO será aplicado na exploração e desenvolvimento do nosso *portfólio* atual e expansão da nossa base de ativos por meio de participação em novas rodadas de licitação da ANP e *farm-ins*.

Estamos habilitados a operar em águas profundas e ultraprofundas, sendo qualificados como Operador “Tipo A” pela ANP (Agência Nacional do Petróleo). Essa qualificação faz da QGEP a primeira e única companhia independente brasileira de exploração e produção com capacidade para operar em águas com profundidade superior a 1.500 metros e, conseqüentemente, nos coloca em uma posição diferenciada para desenvolver parcerias e explorar as oportunidades de mercado.

Recentemente o Conselho Nacional de Política Energética aprovou a 11ª rodada de licitação para novos blocos exploratórios, prevista para setembro desse ano. Embora os detalhes ainda não estejam confirmados, espera-se que um total de 174 blocos sejam ofertados, divididos entre *offshore* e *onshore*, o que nos dará uma oportunidade importante para expandir nosso portfólio.

A situação atual da QGEP no dinâmico setor brasileiro de exploração e produção de petróleo e gás permite um crescimento substancial no curto e longo prazo. Continuamos focados em gerar um fluxo de caixa relevante e realizar investimentos oportunos e criadores de valor. Ao mesmo tempo, continuamos cientes de nossa responsabilidade corporativa de proteger o meio ambiente, treinar e desenvolver nossa equipe e manter um compromisso com a inovação em toda a nossa organização.

Comentário do Desempenho

Desempenho financeiro

As demonstrações financeiras abaixo representam as informações financeiras consolidadas da Companhia para o 1T11.

A Companhia foi constituída em 9 de março de 2010 e tornou-se operacional em 2 de setembro de 2010 e permaneceu sem atividades até esta data quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na Companhia a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), passando esta última ser sua subsidiária integral.

Como uma empresa de participações em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, o resultado da companhia reflete, basicamente, o resultado de suas controladas: Manati S.A. e Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.. Desta forma, apresentamos abaixo as principais variações dos grupos do balanço patrimonial e do resultado do período:

Caixa (Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras e Caixa Restrito)

A Companhia fechou o primeiro trimestre de 2011 com um saldo de caixa de R\$1.749,2 milhões, representando um aumento significativo em relação aos níveis registrados no fim do ano e basicamente atribuível ao sucesso do IPO da Companhia, que captou aproximadamente R\$1,5 bilhão para financiar as atividades de exploração existentes e a expansão do portfólio de ativos da QGEP. Em 31 de março de 2011, a taxa média bruta acumulada que remunerava os fundos de investimento era equivalente a 100,4% do CDI.

Empréstimos e financiamentos

A Companhia fechou o 1T11 com uma dívida total de R\$241,2 milhões, 9% abaixo do valor registrado no fim de 2010. Aproximadamente R\$28,8 milhões do principal e juros foram amortizados, sendo R\$19,5 milhões com o BNDES e R\$9,3 milhões com o BNB.

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$71,1 milhões, a qual foi atribuível a uma redução nos volumes de produção no Campo de Manati. Essa redução foi resultado de paradas de manutenção previamente anunciadas de dois poços em dezembro de 2010 e mais três poços em meados de março de 2011. Conseqüentemente, somente um dos seis poços produtores do Campo de Manati estava produzindo, o que resultou em uma redução temporária na produção para 2,0 MMm³/dia. No fim de abril, dois poços voltaram a produzir, e o campo deve retornar à capacidade total até agosto de 2011.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas Gerais e Administrativas ficaram em R\$29,5 milhões no 1T11. Esse resultado refere-se aos pagamentos feitos para os diretores, gerentes e colaboradores do Grupo, no valor de R\$23,1 milhões, como um incentivo relacionado à conclusão bem-sucedida do IPO findo em 9 de março de 2011, conforme divulgado no prospecto.

Custos Exploratórios

Estes custos são relacionados à aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do total R\$ 11,7 milhões referem-se aos custos do poço 1-SPS-80 localizado no Bloco BM-S-76, que foi perfurado no 1T11 e não foram identificadas zonas potencialmente produtivas, como já informado ao mercado.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

No 1T11, a Companhia gerou uma receita financeira líquida de R\$22,9 milhões. Este montante refere-se basicamente a receita financeira gerada pela captação do IPO, recebida pela Companhia em fevereiro de 2011.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia foi de R\$13,4 milhões no 1T11, representando uma combinação de lucro operacional e financeiro. Os principais fatos que afetaram o resultado do trimestre foram: redução da receita de venda de gás, devido ao menor volumes de produção do Campo de Manati decorrente da manutenção preventiva de três poços, maiores custos exploratórios devido ao poço 1-SPS-80, despesas administrativas não recorrente referentes ao IPO e aumento da receita financeira pela captação do IPO, recebida pela Companhia em fevereiro de 2011.

Notas Explicativas

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Suas controladas, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) e Manati S.A. (“Manati”) são sucessoras nas operações de exploração e produção (“E&P”) da empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”).

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas são referidas em conjunto nestas demonstrações financeiras como “Grupo”.

Em 1º de novembro de 2010 sua Administração protocolou junto à Superintendência de Relacionamento com Empresas (SEP), da Comissão de Valores Mobiliários, a solicitação para obtenção de registro de companhia aberta, a qual foi deferida por aquela autarquia em 2 de fevereiro de 2011.

Informações sobre as operações do Grupo

Em 31 de março de 2011, o Grupo apresenta em seu portfólio seis blocos exploratórios localizados em bacias *offshore* da Plataforma Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu (BM-CAL-5, CAL-M-312 e CAL-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2) e dois na Bacia de Santos (BM-S-12 e BM-S-76). Dos blocos citados, a QGEP é operadora do bloco BM-J-2 e os demais são operados pela Petrobras. Os contratos de concessão do BM-CAL5 e Campo de Coral estão em processo de transferência para a QGEP, dependendo da anuência da ANP.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas trimestrais preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais trimestrais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais trimestrais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais trimestrais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

A Companhia está apresentando as demonstrações financeiras trimestrais individuais da controladora (QGEP Participações S.A.) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações financeiras individuais das entidades que contém investimentos em controladas, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações financeiras trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que preveem a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto nas demonstrações financeiras individuais, de acordo com a legislação brasileira vigente.

Desta forma, essas demonstrações financeiras trimestrais individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (LSA), que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e suas controladas diretas e indiretas: (i) participações no capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados e investimentos, (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos, (iii) efeitos de transações relevantes, (iv) participações de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações da Companhia em controladas existentes

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, relacionadas a seguir:

	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
	<u>Controle</u>	<u>31/03/2011</u>
QGEP	Direto	100%
Manati	Indireto	100%

2.4. Informações do segmento operacional

Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera com um único segmento, exploração e produção (E&P). Adicionalmente, a receita líquida é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

Resumo das principais práticas contábeis:

2.5. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis (IAS 23 - Custos de Empréstimos) deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

Os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registrados pelo método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Esse método determina que os gastos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e de geofísica, custos com poços secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com perfuração de poços (*Drilling Costs*) onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados até a sua conclusão.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os juros e demais encargos financeiros calculados sobre os passivos relativos a aquisições do ativo imobilizado foram capitalizados como custos desses ativos até o início de suas operações (fase de produção/operação).

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

2.7. Intangível

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, basicamente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com essa avaliação, efetuada para o período findo em 31 de março de 2011, a Administração entende que não existe a necessidade de efetuar provisão para realização nesses ativos exploratórios na referida data.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração do Grupo não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de março de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.9. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota 15).

A provisão para abandono é revista anualmente pelo operador, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

2.10. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Os financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

2.11. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é constituída para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos é reconhecido somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

2.14. Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. Os valores apropriados no resultado na despesa de imposto de renda representam 25% da alíquota estatutária e os valores dos incentivos fiscais são destinados à reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

2.15. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.16. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.16.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

2.16.2. Investimentos mantidos até o vencimento

O caixa restrito corresponde a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que o Grupo tem a obrigação contratual, a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

2.16.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras e caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

2.16.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.17. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.17.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.17.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida a pagar é reconhecida no resultado.

2.18. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico primário que o Grupo opera.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

2.19. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após
IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais	1º de julho de 2010
IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	1º de julho de 2011
IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de julho de 2013
IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo é mensurado pelo modelo de Valor Justo da IAS 40	1º de janeiro de 2012
IAS 32 (revisado)	Alterações Relacionadas aos Direitos de Emissão	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 14 (revisado)	Pré-pagos de um Requerimento Mínimo de Fundos	1º de janeiro de 2011

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

Em 6 de maio de 2010, o IASB emitiu documento chamado Melhorias para as IFRSs 2010 (*Improvements to IFRSs 2010*), incorporando alterações em sete normas. Esse é o terceiro conjunto de alterações emitidas através do processo anual de melhorias, que é designado para efetuar melhorias necessárias, mas não urgentes às IFRSs.

A Administração da Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção dessas melhorias, mas não são esperados impactos relevantes.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação de instrumentos financeiros, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	1.629	21	2.047	936
CDBs / Compromissadas	4.520	5.208	140.300	136.289
Fundo de investimento exclusivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.100.127</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.149</u>	<u>5.229</u>	<u>1.242.474</u>	<u>137.225</u>

O caixa e Equivalente de caixa estão concentrados em cotas de um fundo de investimento exclusivo, certificados de depósitos bancários (CDB) e operações compromissadas (lastro debêntures), possuindo liquidez imediata e rentabilidade indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundo de investimento exclusivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>381.982</u>	<u>-</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>381.982</u>	<u>-</u>

Em 31 de março de 2011, a rentabilidade média do caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 100,4% do CDI no acumulado do trimestre.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

O grupo possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos e privados indexadas à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), exceto por determinados papéis pré-fixados LTN e NTN-F indicados na tabela abaixo e descritos na Nota explicativa 21e. Até 31 de março de 2011, todas as aplicações dos fundos exclusivos possuíam liquidez diária, independente dos vencimentos dos papéis que lastreiam os fundos.

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas pelos títulos e saldos demonstrados no quadro abaixo:

31 de março de 2011				
Produto	Contraparte	Data de emissão	Data de vencimento	Valor
Compromissada	Tesouro Nacional – LFT/NTN-O	06/jul/07	07/mar/13	550.891
	Debênture Santander leasing	01/set/05	01/set/20	76.787
	Debênture Itau leasing	01/nov/05	01/nov/20	75.759
CAIXA	Banco Bradesco S.A.	-	-	2
	Itau Unibanco Holding S.A.	-	-	1
CDB_cdi	Banco Bradesco S.A.	08/jun/10	23/mar/13	23.454
	Banco Bradesco S.A.	16/mar/11	06/mar/13	50.241
	Banco Brasil S.A.	17/jan/11	29/dez/11	22.200
	Banco Btg Pactual S.A.	16/mar/11	15/mar/13	35.170
	Banco Itau S.A.	29/out/08	28/out/13	1.266
	Banco Itau S.A.	06/nov/08	24/out/11	998
	Banco Itau S.A.	07/nov/08	24/out/11	1.066
	Banco Itau S.A.	03/dez/08	18/nov/11	1.569
	Banco Santander (Brasil) S.A.	31/jan/11	21/jan/13	17.136
	Banco Santander (Brasil) S.A.	01/mar/11	29/ago/11	70.625
	Banco Santander (Brasil) S.A.	16/mar/11	15/mar/13	70.344
	Banco Votorantim S.A.	16/mar/11	06/mar/13	35.170
	Caixa Economica Federal CEF	20/dez/10	15/dez/11	7.157
HSBC Bank Brasil S.A. Banco Multiplo	16/mar/11	06/mar/13	<u>60.291</u>	
Títulos classificados em equivalentes de caixa				<u>1.100.127</u>
LFT	Secretaria Tesouro Nacional	06/mar/09	07/mar/15	46.515
		03/jul/09	07/set/15	248.547
		09/abr/10	07/set/16	29.294
LTN (1)	Secretaria Tesouro Nacional	08/jan/10	01/jul/12	17.253
NTNF (1)	Secretaria Tesouro Nacional	01/jun/05	01/jan/12	<u>40.373</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras				<u>381.982</u>
Total				<u>1.482.109</u>

(1) O Fundo de Investimento exclusivo contratou Futuros de DI no montante de R\$ 54.605 com o objetivo manter o prêmio dos papéis pré-fixados (LTN e NTN-F) atrelados ao CDI.

5. CONTAS A RECEBER

A Manati tem um contrato de longo prazo (até 25 anos) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações basicamente de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os detalhes a respeito das transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Passivo – circulante</u>				
Contas a pagar – QG S.A.	-	-	303	-
Contas a pagar - QGOG (a)	-	-	1.752	1.049
Contas a pagar – BS3	-	-	132	132
Contas a pagar - QGEP (b)	<u>690</u>	<u>660</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>690</u>	<u>660</u>	<u>2.187</u>	<u>1.181</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
<u>Resultado</u>				
Despesas gerais e administrativas	-	-	837	-

- (a) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati e a QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.
- (b) Referente a reembolso de despesas incorridas basicamente com certificação de reservas por especialistas externos.

6.1. Remuneração dos administradores

A remuneração inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros) e a remuneração variável do pessoal-chave da administração está apresentada conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Remuneração do período	412	-	1.237	-

Além da remuneração citada acima, durante o primeiro trimestre de 2011, foi provisionado o montante de R\$13.712 referente a gratificação do processo de abertura de capital para os Administradores, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

Não são concedidos benefícios de rescisão de contrato de trabalho, pagamentos baseados em ações ou outros benefícios de longo prazo, com exceção do plano de benefício de aposentadoria divulgado na nota 24.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

6.2. Garantias entre partes relacionadas

Os empréstimos bancários das instituições financeiras BNB, IFC e BNDES possuem garantia corporativa até a liquidação dos mesmos, conforme descritos na Nota 13.

7. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundo da provisão de abandono (a)	6.264	4.049
Aplicação financeira – amortização acelerada empréstimos BNB (b)	71.058	59.075
Aplicação financeira – conta reserva (c)	<u>47.447</u>	<u>47.447</u>
Total	<u>124.769</u>	<u>110.571</u>

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide nota 15) e são integralmente registradas no Banco Bradesco. O benchmark do fundo é 70% da variação cambial mais 30% da variação do CDI.
- (b) Conta para qual são transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do Campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme Contrato de Financiamento, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês. Estes recursos são aplicados em Letras Financeiras de Tesouro (“LFT”), indexados à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI), com rentabilidade de 99% do CDI, cujo prazo de vencimento é de até 57 meses a partir de 31 de março de 2010.
- (c) Outros ativos financeiros da controlada Manati composto por saldos de aplicações financeiras que fazem parte do pacote de garantias cedidas ao BNB e BNDES em decorrência do Financiamento para desenvolvimento do Campo de Manati (conta reserva). Estes recursos são aplicados em operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), integralmente registradas no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os quais rendem uma taxa de 99% do CDI, cujo prazo dessas aplicações é de 295 dias a partir de 31 de março de 2011.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

8.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Antecipação IR e CS	-	-	979	-
IRRF sobre aplicação financeira	2	-	86	781
ICMS sobre imobilizado (a)	-	-	411	486
PIS / COFINS	-	-	-	107
Total	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>1.476</u>	<u>1.374</u>
Circulante	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>1.271</u>	<u>1.156</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>205</u>	<u>218</u>

- (a) Créditos registrados na Manati referentes às aquisições destinadas ao ativo imobilizado os quais vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/48 avos.

8.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ICMS (a)	-	-	2.977	4.375
IRRF sobre salários	22	-	4.930	-
IRRF sobre serviços	59	-	63	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	8.742	7.937
PIS/COFINS (a)	-	-	4.664	6.981
Royalties (b)	-	-	1.255	2.501
Participação especial (c)	-	-	431	775
Outros	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>43</u>	<u>10</u>
Total circulante	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>23.105</u>	<u>22.579</u>

- (a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.
- (b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 20.
- (c) A participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 20.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

8.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro antes da tributação	13.858	23.497
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(4.712)	(7.989)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	4.841	-
Incentivos fiscais (*)	-	7.763
Prejuízos fiscais não ativados	(129)	(7.118)
Despesas indedutíveis / Outros	<u>-</u>	<u>(2.296)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(9.640)</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>41,03%</u>
Imposto de renda/contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>774</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>(10.414)</u>

(*) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.14).

8.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de despesas não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios futuros para cálculo dos impostos.

	<u>Consolidado</u>
	<u>Diferença temporária</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.861
Reconhecido no resultado	<u>774</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>3.635</u>

9. INVESTIMENTOS

9.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	Manati S.A.	Brasil	100%

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

9.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta QGEP e Manati, são:

	Controlada direta QGEP	Controlada indireta Manati
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	38.044.131
Percentual de participação direta	100%	100%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553	253.481
Patrimônio líquido	2.092.940	495.753
Resultado do período	13.746	34.793
Ativo total	2.168.537	882.509
Receita líquida	-	71.101

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	617.148
Integralização de capital em 11 de fevereiro de 2011 (a)	1.271.000
Integralização de capital em 4 de março de 2011 (b)	191.046
Equivalência patrimonial (c)	<u>13.746</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u><u>2.092.940</u></u>

- (a) Em AGE realizada em 11 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da subsidiária QGEP no montante de R\$1.271.000 passando dos atuais R\$580.506 para R\$1.851.506 mediante a emissão de 116.228.375 ações ordinárias.
- (b) Em AGE realizada em 4 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da subsidiária QGEP no montante de R\$191.046 passando dos atuais R\$1.851.506 para R\$2.042.553 mediante a emissão de 17.470.595 ações.
- (c) O resultado apurado pela investida no período de três meses findos em 31 de março de 2011 foi de R\$13.746.

9.3. Informações sobre as controladas

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- Manati S.A.

A Manati S.A., é uma companhia de capital fechado, que tem prazo de duração indeterminado. Foi fundada em 13 de outubro de 2004, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tem como objetivo social e específico a realização de investimentos no Campo de Manati e no Bloco BCAM-40 (devolvido no exercício de 2009), localizado na bacia de Camamu/Almada e a comercialização de hidrocarbonetos decorrentes da exploração do mencionado bloco, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas.. Toda a produção de gás é vendida a Petrobras.

10. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização	Consolidado			
		31/03/2011	31/12/2010		
			Depreciação e Amortização	Líquido	Líquido
	%	Custo			
<u>Segmento corporativo</u>					
Móveis e utensílios	10%	472	(11)	461	171
Computadores – Hardware	20%	180	(6)	174	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	<u>1.160</u>	<u>(49)</u>	<u>1.111</u>	<u>979</u>
Subtotal		<u>1.812</u>	<u>(66)</u>	<u>1.746</u>	<u>1.150</u>
<u>Segmento de upstream</u>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	132.167	-	132.167	131.820
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(11.475)	5.369	7.473
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>794.086</u>	<u>(230.308)</u>	<u>563.778</u>	<u>573.214</u>
Subtotal		<u>943.097</u>	<u>(241.783)</u>	<u>701.314</u>	<u>712.507</u>
Total		<u>944.909</u>	<u>(241.849)</u>	<u>703.060</u>	<u>713.657</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota 20(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Custo	Consolidado				Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais – em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
(+) Adições pelo acervo líquido	-	120.702	16.844	788.720	926.266
(+) Adições do período (a)	<u>1.150</u>	<u>11.118</u>	-	<u>4.010</u>	<u>16.278</u>
Saldo em 31/12/2010	1.150	131.820	16.844	792.730	942.544
(+) Adições do período	662	12.037	-	1.356	14.055
(-) Baixas do período	-	<u>(11.690)</u>	-	-	<u>(11.690)</u>
Saldo em 31/03/2011	<u>1.812</u>	<u>132.167</u>	<u>16.844</u>	<u>794.086</u>	<u>944.909</u>

Depreciação e Amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração	Amortização gastos com desenvolvimento	Total
(+) Adições pelo acervo líquido	-	(8.761)	(190.279)	(199.040)
(+) Adições do período	-	<u>(610)</u>	<u>(29.237)</u>	<u>(29.847)</u>
Saldo em 31/12/2010	-	(9.371)	(219.516)	(228.887)
(+) Adições do período	<u>(66)</u>	<u>(2.104)</u>	<u>(10.792)</u>	<u>(12.962)</u>
Saldo em 31/03/2011	<u>(66)</u>	<u>(11.475)</u>	<u>(230.308)</u>	<u>(241.849)</u>

11. INTANGÍVEL

Custo	Consolidado		
	Amortização	31/03/2011	31/12/2010
Bônus de assinatura (i)	-	5.836	5.836
Outros	<u>(1)</u>	<u>77</u>	-
Total	<u>(1)</u>	<u>5.913</u>	<u>5.836</u>

(i) Em 31 de março de 2011, os bônus de assinatura, no montante de R\$5.836, correspondem aos gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se refere a áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível para consulta na Nota 20.

Em março de 2011, com o resultado da perfuração no poço Enseada, o consórcio tomou a decisão de devolver os blocos adjacentes BM-S-75 e BM-S-77 à ANP. Com isso, a Companhia arcará com os compromissos assumidos como garantia do PEM (Programa Exploratório Mínimo) de cada bloco. Em dezembro de 2010, a Companhia provisionou o montante de R\$19.737 referente a baixa dos bônus de assinatura do referidos blocos e montante de R\$10.555 referentes aos compromissos assumidos como garantia do PEM de cada bloco que foi provisionado na conta “Provisão para garantia devolução dos blocos”.

12. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2011, o saldo de R\$17.731 no consolidado refere-se principalmente a contas a pagar a operadora Petrobras referente a custos de produção e gastos exploratórios.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades fins da Companhia.

	Consolidado					
	31/03/2011	31/12/2010	Encargos	Garantia	Forma de pagamento	Vencimento
<u>Moeda estrangeira</u>						
IFC – A – US\$	6.907	7.028	Libor + 1.75% a.a.	Fiança (a)	semestral	Nov/11
IFC – C – US\$	<u>16.892</u>	<u>16.829</u>	10.29% a.a.- 11.48% a.a.	Fiança (a)	semestral	Nov/11
Total em moeda estrangeira	<u>23.799</u>	<u>23.857</u>				
<u>Moeda nacional</u>						
BNDES	78.711	96.202	TJLP +3.5% a.a.	Fiança (c) penhor ações Manati	Mensal	Fev/14
BNB	<u>138.582</u>	<u>144.963</u>	10% a.a. (b)	Fiança (c) penhor ações Manati	Mensal	Set/16
Total em moeda nacional	<u>217.293</u>	<u>241.165</u>				
Circulante	76.179	76.330				
Não circulante	<u>164.913</u>	<u>188.692</u>				
Total consolidado	<u>241.092</u>	<u>265.022</u>				

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
 URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo
 BNB - Banco do Nordeste
 IFC – International Finance Corporation

<u>Descrição</u>	<u>Mar-11</u>
TJLP anual	6,00%
LIBOR semestral	0,46%

- (a) Notas Promissórias com Fiança da Queiroz Galvão S.A. (QGSA) sem cobrança de encargos financeiros.
- (b) Sobre os encargos incidentes no financiamento em questão, são aplicados mensalmente Bônus de Adimplência de 15% sobre a taxa efetiva conforme definido contratualmente, desde que as prestações sejam pagas até as datas de vencimento previstas em contrato.
- (c) Fiança da QGSA até a assinatura dos contratos acessórios sem cobrança de custos até 11 de janeiro de 2011 e penhor das ações, direitos creditórios e de reservas da Manati S.A..

Movimentação dos empréstimos:

Saldo Final - 31/12/2010	265.022
(-) Amortização do principal (a)	(23.779)
(+) Adições de juros	5.827
(-) Amortização de juros (a)	(4.937)
(-) Bônus adimplência	(508)
(+/-) Variação cambial	<u>(533)</u>
Saldo Final - 31/03/2011	<u>241.092</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

- (a) Referente a liquidações dos empréstimos juntos as instituições financeiras, conforme composição abaixo:

<u>Banco</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>
BNDES – A	8.121	952
BNDES – B	9.299	1.090
BNB – 001	5.458	2.517
BNB – 002	<u>901</u>	<u>378</u>
	<u>23.779</u>	<u>4.937</u>

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>Mar-11</u>
2012	27.786
2013	51.565
2014	42.854
2015	25.434
2016 em diante	<u>17.274</u>
	<u>164.913</u>

Os contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) que referem-se basicamente à manutenção de certos índices de liquidez, sendo estes índice de liquidez corrente, índice de endividamento e cobertura do serviço da dívida. As cláusulas restritivas foram analisadas sobre as demonstrações financeiras consolidadas da QGEP e da Manati até 31 de março de 2011.

Os *covenants* não financeiros relacionados aos contratos de empréstimo da Manati junto ao BNB e ao BNDES correspondem basicamente à distribuição de dividendos acima de 25%, os quais devem ser autorizados pelos bancos financiadores da Manati. Historicamente todas as solicitações efetuadas foram devidamente atendidas de forma a liberar o excesso de caixa gerado pela Manati para a QGEP.

Os empréstimos possuem garantia corporativa até a liquidação dos mesmos conforme descrito abaixo:

Os contratos de financiamento celebrado entre a controlada indireta Manati S.A. e os bancos BNB e BNDES prevê como garantias, fiança prestada pela QGSA e penhor em primeiro grau, dos direitos creditórios da Manati S.A. emergentes de todos os contratos relativos ao projeto, do gás natural e dos demais hidrocarbonetos de propriedade da Manati S.A. produzidos no Campo de Manati e penhor de Ações: A QGEP, titular de 99,99% das ações da Manati S.A. e na qualidade de cessionária dos direitos e obrigações da QGOG, celebrou com o BNB e com o BNDES um contrato de penhor de ações, por meio do qual a QGEP dá em penhor ao BNB e ao BNDES a integralidade das ações da Manati S.A. de sua titularidade.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

O contrato de financiamento com o *International Finance Corporation* (IFC) foi originalmente celebrado entre essa instituição e a QGOG. Em maio de 2010, foi celebrado um termo de anuência (waiver) por meio do qual o IFC consentiu sujeito a certas condições, que as obrigações desse contrato de financiamento fossem transferidas para a QGEP.

Conforme descrito na Nota 26, em 15 de abril de 2011 foi solicitada a anuência para a antecipação da última parcela do financiamento do IFC com vencimento em 15 de novembro de 2011 no valor de US\$7.083 para dia 16 de maio de 2011. Com isso, nesta data o contrato será liquidado integralmente.

14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS (em reais)

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

Os processos da Manati considerados como perda possível consubstanciada na opinião de assessores legais externos, não foram provisionados nas demonstrações financeiras e se referem:

- a) Processo cível que busca a reparação de danos ambientais requerida por uma colônia de pescadores. O valor atribuído a ação original foi de R\$1 e envolve pedido de: (i) liminar para suspensão das atividades da plataforma até que sejam implementadas medidas necessárias ao reequilíbrio ecológico da região, e (ii) indenização por danos materiais e morais a ser arbitrado pelo Juízo.
- b) Contingência ambiental referente a assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde – descumprimento de condicionantes. O valor atribuído a ação original foi de R\$200 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.
- c) Contingência ambiental referente a assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati. O valor atribuído a ação original foi de R\$300 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão e podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a QGOG por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos da QGOG e Constellation, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

15. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas de custos para o respectivo saldo na controlada Manati foram revisadas e mantidas pelo operador do bloco (Petrobras) conforme Ata de Reunião do Comitê Operacional de 29 de outubro de 2010, não havendo alteração em relação a estimativa do ano anterior.

Na controlada Manati, os efeitos da variação cambial oriunda da atualização da provisão para abandono definida em moeda estrangeira (US\$) são contabilizados diretamente no resultado no período auferido.

Movimentação da Provisão para Abandono

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31/12/2010	95.085
Variação cambial do período	(2.140)
Saldos em 31/03/2011	<u>92.945</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita operacional bruta	91.593	-
PIS	(1.482)	-
COFINS	(6.825)	-
ICMS	(10.396)	-
Descontos – reduções contratuais	(1.789)	-
Total de deduções	(20.492)	-
Receita líquida	<u>71.101</u>	<u>-</u>

17. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1 Custos operacionais

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Custos de extração	(7.138)	-
Royalties e participação especial	(5.940)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(917)	-
Amortização e depreciação	(12.896)	-
Total	<u>(26.891)</u>	<u>-</u>

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

17.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Pessoal (a)	(356)	-	(26.447)	-
Serviços contratados de terceiros	(85)	-	(878)	-
Impostos e taxas	(50)	-	(231)	-
Serviços compartilhados	-	-	(837)	-
Outras despesas	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>(1.118)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(510)</u>	<u>-</u>	<u>(29.511)</u>	<u>-</u>

- (a) A Companhia provisionou o pagamento para diretores, gerentes, funcionários e colaboradores (incluindo diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.) de uma remuneração de incentivo vinculada à conclusão da Oferta Pública de Ações da QGEP Participações S.A. A referida remuneração de incentivo teve o valor global de 1,523% do valor da oferta primária de ações, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

18. CUSTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do saldo de R\$14.907 em 31 de março de 2011 (R\$ 0 em 31 de março de 2010), R\$11.690 referem-se a baixa dos gastos exploratórios do poço 1-SP-80 localizado no bloco BM-S-76, que não apresentou zonas potencialmente produtoras, como já informado ao mercado.

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Juros de aplicações financeiras e outras receitas financeiras	129	-	26.028	-
Juros de empréstimos e financiamentos e outras despesas financeiras	-	-	(5.763)	-
Variações cambiais, líquidas (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.671</u>	<u>-</u>
Total	<u>129</u>	<u>-</u>	<u>22.936</u>	<u>-</u>

- (*) Refere-se basicamente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e sobre a provisão para abandono para o período.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS - NÃO REVISADO

a) Direitos e Compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/Campo	Participação	%
Abandonado	Santos	Coral	Petrobras (operador)	35
			BS-3 (*)	15
			Norse Energy	35
			Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu	Manati	Petrobras (operador)	35
			Manati	45
Exploração (estudos de viabilidade econômica)	Camamu	Camarão Norte	Rio das Contas (Norse Energy)	10
			Brasoil	10
Exploração	Camamu	BM-CAL-5 Copaiba = 22.5% e Jequitiba = 27.5%	Petrobras (operador)	51.11
			Queiroz Galvão Óleo e Gás (*) El Paso	24.45 24.44
	Camamu	CAL-M-312 CAL-M-372	Petrobras (operador)	60
			Queiroz Galvão Exploração e Produção El Paso	20 20
	Santos	BM-S-12	Petrobras (operador)	70
	Santos	BM-S-76	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
Petrobras (operador)			60	
Jequitinhonha	BM-J-2	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20	
		Petrogral	20	
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	100

(*) Em processo de transferência para a QGEP.

Conforme acima demonstrado, a Petrobras é operador na quase totalidade dos blocos da Companhia. Pelos termos dos contratos de concessão, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantido os direitos de explorar, desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo atual portfólio de participações em projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural da Companhia:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	NA	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	NA	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	NA	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	14	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	-	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	7,2	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-76	3,6	2008	1.472	173,040	10%	779,81	1.559,62	7.798,10
Total	<u>24,8</u>		<u>5.836</u>					

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, a QGEP têm compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), que compreende a perfuração de 6 poços exploratórios, além de reprocessamento e processamentos sísmicos especiais. Caso esse programa exploratório mínimo não seja cumprido, a ANP executará a garantia estipulada. O compromisso está sendo cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

O consórcio decidiu, em março de 2011, devolver os blocos BMS-75 e BMS-77, provisionando em dezembro de 2010 a baixa do bônus de assinatura no montante de R\$19.737, conforme citado na Nota 11. Devido ao não cumprimento do PEM do bloco BMS-77, a Companhia constituiu em dezembro de 2010 uma provisão para garantia no montante de R\$10.555, a ser paga durante o ano de 2011.

A controlada Manati detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de área. Em 31 de março de 2011, o montante da provisão de abandono é de R\$92.945 (Nota explicativa 15).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Manati:

- Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o período findo em 31 de março de 2011 foram cobrados R\$5.421 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R\$1.255 permanecem provisionados nesta data. Essas cobranças estão registradas na demonstração do resultado como Custos Operacionais.
- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o período findo em 31 de março de 2011 foram provisionados R\$519 de participação especial, dos quais R\$431 permanecem provisionados nesta data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$85 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Informações sobre as reservas (não revisado pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 – Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo MMm ³ (não revisado)
Reserva provada estimada em 31/03/2011 (a)	<u>15.520</u>

(a) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2009 e deduzidas das produções anuais.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, créditos com terceiros, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	<u>Valor registrado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor registrado</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	124.769	124.769
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa (i)	6.149	6.149	1.242.474	1.242.474
Contas a receber (iii)	-	-	50.410	50.410
Aplicações financeiras			381.993	381.993
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	-	(11)	(11)
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	241.092	241.092
Fornecedores (iii)	4.902	4.902	17.731	17.731

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados conforme segue:

- (i) Representam valores de mercado (valor justo) estimados pela Administração com Nível 1 de grau observável do valor justo, obtidos por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticas, quando aplicável.
- (ii) Os valores de mercado dos financiamentos com o BNDES, BNB e IFC, são idênticos aos saldos contábeis uma vez que não existem instrumentos similares com datas de vencimento e taxas de juros comparáveis.
- (iii) Adicionalmente, os valores relacionados aos saldos de contas a receber e a pagar também não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Até 3 anos</u>	<u>Até 4 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	17.731	-	-	-	-	17.731
Empréstimos e financiamentos	<u>76.179</u>	<u>27.786</u>	<u>51.565</u>	<u>42.854</u>	<u>42.708</u>	<u>241.092</u>
Total	<u>93.910</u>	<u>27.786</u>	<u>51.565</u>	<u>42.854</u>	<u>42.708</u>	<u>258.823</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras. A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como sendo de *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para investimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às determinadas instituições financeiras, substancialmente a taxas de juros de mercado. Os empréstimos são captados com taxas de juros pré-fixadas e variáveis (Taxa Libor e TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo). A estratégia de gerenciamento do risco da taxa de juros da Companhia pode-se utilizar instrumentos financeiros derivativos para reduzir o custo atribuível à volatilidade da taxa variável de LIBOR.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

	Cenário provável - Deterioração 5%	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário I - Deterioração de 50%
<u>Empréstimos e financiamentos variáveis a LIBOR</u>			
Taxa efetiva anualizada da Libor em 31.03.2011	0,46%	0,46%	0,46%
Taxa anualizada estimada da Libor com base na deterioração calculada	0,48%	0,58%	0,69%
Empréstimos e financiamentos expostos – Principal expresso em R\$ mil	6.907	6.907	6.907
Efeito no resultado de cada incremento potencial da taxa Libor nos Empréstimos e financiamentos	2	8	16
<u>Empréstimos e financiamentos remunerados pela URTJLP - R\$ mil</u>			
<u>Variação da URTJLP:</u>			
Unidade de Referencia da Taxa de Juros de Longo Prazo (URTJLP): valor base para indexação do principal de Empréstimos e Financiamentos remunerados pela URTJLP em 31.03.2011 – R\$mil	1,97408	1,97408	1,97408
Valor base da URTJLP estimada com base na deterioração calculada	2,0728	2,4676	2,9611
Empréstimos e financiamentos remunerados pela URTJLP – Principal expresso em URTJLP	48.328	48.328	48.328
Empréstimos e financiamentos em Reais – Principal expresso em R\$mil	78.711	78.711	78.711
Efeito no resultado de cada incremento potencial da URTJLP nos Empréstimos e financiamentos – R\$mil	21.463	40.543	64.393
<u>Empréstimos e financiamentos remunerados pela TJLP - R\$ mil</u>			
<u>Variação da TJLP:</u>			
Taxa anual efetiva da TJLP em 31.03.2011 – R\$mil	6%	6%	6%
Taxa anual estimada da TJLP com base na deterioração prevista	6,3%	7,5%	9%
Empréstimos e financiamentos em Reais – Principal expresso em R\$mil	78.711	78.711	78.711
Efeito no resultado de cada incremento potencial da taxa da TJLP nos Empréstimos e financiamentos – R\$mil	236	1.181	2.361

O Fundo exclusivo mantido pelo Grupo possui Futuros de DI contratados no montante de R\$ 54.605 em 31 de Março de 2011 com o objetivo manter o prêmio dos papéis pré-fixados (LTN e NTN) atrelados ao CDI (conforme nota 4).

<u>Contratos de futuros de DI</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>	2011	
			<u>Valor nocional</u>	<u>Valor justo não realizado</u>
		%	R\$	R\$
BOLSA MERCADORIAS FUTUROS BMF AS - 1	02/jan/12	DI Futuro	(27.523)	(2)
BOLSA MERCADORIAS FUTUROS BMF SA - 2	02/jan/12	DI Futuro	(9.816)	(1)
BOLSA MERCADORIAS FUTUROS BMF SA - 3	02/jul/12	DI Futuro	(17.266)	(8)
			(54.605)	(11)

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos e provisão para abandono, valorizados em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito a uma variação eventual de receitas ou despesas associadas às operações e cenários estimados, sem considerar seus valores de mercado.

	Consolidado				
	2011				
	Montante em R\$	Montante em USD	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Dólar <u>Operação</u>			1,68	2,10	2,52
Empréstimos na moeda estrangeira	23.779	14.600	24.528	30.660	36.792
Provisão para abandono	<u>92.945</u>	<u>57.067</u>	<u>95.873</u>	<u>119.841</u>	<u>143.809</u>
Passivos expressos em reais nas respectivas taxas de câmbio	116.724	71.667	120.401	150.501	180.601
Efeito no resultado de cada incremento na valorização do USD em relação ao real	N/A	N/A	3.677	33.777	63.877

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações ("Prospecto Definitivo").

O capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2011 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição do capital social realizado em 31 de março de 2011 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Nº de ações ordinárias</u>	<u>% de participação</u>	<u>Capital</u>
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	62,9	1.307.135
FIP Quantum	18.606.588	7,0	145.468
Administradores	7	0,1	2.078
Ações em circulação	<u>79.741.019</u>	<u>30,0</u>	<u>623.435</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>	<u>2.078.116</u>

ii. Lucro líquido por ação

	<u>Período findo em 31 de março de 2011</u>
Resultado básico e diluído por ação	
Numerador	
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas ordinários da Companhia	13.365
Denominador (em milhares de ações)	
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>57.335</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,23</u>

O lucro por ação é calculado usando a média ponderada de número de ações ordinárias.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

iii. Custos de transação

Conforme determinado no Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a Companhia registrou em conta redutora do capital social os valores pagos relacionados a abertura do capital no montante de R\$57.380.

23. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas Mar-11</u>
Responsabilidade civil	21/01/2012	835.909
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2012	<u>473.710</u>
Total		<u>1.309.619</u>

24. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contra-partida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pelo Grupo. A única obrigação do Grupo em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$43, reconhecida na demonstração consolidada do resultado, refere-se a contribuições a pagar pelo Grupo a alíquotas especificadas pelas regras desses planos.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração para a publicação em 9 de Maio de 2011 nas quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

QGEP Participações S.A.
Notas Explicativas

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de abril de 2011 foi solicitada a anuência para a antecipação da última parcela do financiamento do IFC com vencimento em 15 de novembro de 2011 no valor de aproximadamente US\$7.083 para dia 16 de maio de 2011. Com isso, nesta data o contrato será liquidado integralmente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às Informações Trimestrais - ITR, as informações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da QGEP Participações S.A. essas práticas contábeis aplicáveis às informações financeiras individuais diferem das IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo u valor justo.

Conforme mencionado na nota explicativa 1 às Informações Trimestrais - ITR, até a presente data, a transferência dos contratos de concessão de exploração de petróleo e gás natural da Companhia Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) para a Companhia referentes aos blocos BM-CAL - 5, e Campo de Coral ainda dependem da anuência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos

leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

José Carlos Monteiro
Contador
CRC 1SP 100.597/O-2 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 51, sala 601 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de março de 2011.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2011.

José Augusto Fernandes Filho
Diretor-Presidente

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor

Paula Vasconcelos da Costa
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 51, sala 601 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de março de 2011.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2011.

José Augusto Fernandes Filho
Diretor-Presidente

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor

Paula Vasconcelos da Costa
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
3	Escala da Moeda (R\$ para R\$ mil), NE 17.2 - realocação entre linhas e reflexo na DVA Consolidada.